

Carbono zero

Projeto de neutralização de carbono é realizado em todo o Conbrava e no estande da Abrava durante a 16ª Febrava

Denominado Projeto Milenium, a iniciativa da Abrava, numa parceria com a EzCarbon, proporcionará a neutralização das emissões de CO₂ geradas na montagem e operação tanto do estande da entidade como do Conbrava.

Os objetivos principais do Milenium são a redução da emissão de CO₂ e o encorajamento para o uso de biomassas renováveis, através de um projeto comutador de combustível, bem como o incentivo da utilização de tecnologia e modernização de processos produtivos. O levantamento está sendo feito de duas formas. Um questionário já foi preenchido pela Abrava/Conbrava sobre a estrutura física dos locais analisados para a neutralização, com o descritivo do número de lâmpadas, deslocamento de materiais para utilizar no estande e congresso, além do tempo em que a iluminação ficará ativa, e o funcionamento do ar-condicionado. O outro questionário será preenchido pelas pessoas participantes e de suporte que frequentam o Conbrava e o estande da Abrava, com o detalhamento de onde vieram, meio de transporte, combustível utilizado. Ao cruzar as informações, será calculada a quantidade de CO₂ emitida e o mesmo montante de créditos serão entregues à Abrava como compensação. Como resultado, a entidade receberá um certificado de neutralização de CO₂ que ficará em seu poder e não poderá ser comercializado.

O nome Milenium é oriundo de uma pequena empresa familiar de cerâmica, localizada em Tocantins, que habitualmente consumia 2.500 m³ de madeira nativa do cerrado para produzir materiais de cerâmica, com uma produção 800 mil telhas e 200 mil tijolos. Durante vários anos, a empresa utilizou mata nativa para conservar a temperatura dos fornos a 950 °C



AGB Photo/Photos to Go

para as 50 horas necessárias no processo de cozimento das peças

O projeto consistiu em substituir a queima da mata nativa por palha de arroz nos fornos. Para implementar essa solução, foi requerida a compra de vários equipamentos para a queima do novo combustível. Para queimar biomassa com eficiência energética, foi necessária a instalação de 18 queimadores mecânicos. Diferente da madeira, a palha de arroz para queima nos fornos deve ser armazenada em local coberto, processo este pioneiro na região no que tange a formato e contexto de novas fontes de energias renováveis.

Como resultado, o Projeto Milenium gerou créditos de carbono ao utilizar uma energia mais limpa no seu processo de produção da cerâmica.

A Governança Climática e o Protocolo de GHG

Um novo tipo de governança surge num cenário onde os efeitos devastadores gerados pelas mudanças climáticas, como secas, enchentes, degelo, entre outros fenômenos, são cada vez mais presentes em diferentes regiões do globo. Trata-se da governança climática, onde as empresas buscam definir políticas e estratégias para minimizar o impacto de suas operações e de seus produtos sobre o clima do planeta, além de buscar a associação de sua imagem à preocupação ambiental.

O Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol) é um protocolo elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World

Resources Institute (WRI) que é mundialmente reconhecido, respeitado e o mais utilizado como standard para a preparação de inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Este protocolo caminha em conjunto com o Protocolo de Quioto e com o United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas), utilizando as metodologias da UNFCCC para redução das emissões e abrangendo em suas bases de cálculos os seis gases de efeito estufa identificados por Quioto: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆).

De acordo com a EZCarbon, para a aplicação do Protocolo é necessário primeiramente definir os limites organizacionais do projeto em questão, onde deverão ser levados em consideração as estruturas da organização, os limites operacionais e o contexto do negócio do projeto candidato. “Uma análise profunda das atividades do projeto é necessária, pois dentro dos limites devem constar não apenas as principais atividades da empresa, evento ou produto, mas sim todas as atividades que emitam quantidades significativas de CO₂ e que sejam necessárias para o funcionamento da atividade em questão. Da mesma maneira, o limite permite a exclusão de outras atividades menos significativas do escopo do projeto”, argumenta Flavio Rochlitz, da EZCarbon.

São analisadas as emissões diretas e indiretas de GEEs, sendo que se denomina emissão direta de GEE toda emissão proveniente de fontes pertencentes ou em posse da empresa; e emissão indireta de GEE toda emissão que é consequência das atividades da empresa (mas que vem de fontes controladas por outras empresas). Uma vez identificados os limites do projeto, é necessário buscar e selecionar as metodologias que serão aplicadas para o cálculo e análise das emissões.

Diversas metodologias foram desenvolvidas no âmbito do GHG Protocol, mas outras podem ser usadas, como as metodologias aprovadas pela UNFCCC.

“Independentemente da escolha”, continua Rochlitz, “o uso da mesma deve ser justificado e estar de acordo com o tipo de projeto, os limites e as emissões de cada escopo. Somente após a determinação da metodologia a ser utilizada que as emissões serão efetivamente calculadas”

O recolhimento dos dados necessários deve ser feito, de preferência, diretamente no local de aplicação do projeto, como neste caso onde a coleta de dados referente ao transporte dos participantes foi realizada através de pesquisa individual. Caso seja necessário, será feito o monitoramento de alguns dados e somente depois, o cálculo das emissões. As emissões de GEEs calculadas são transformadas para a unidade de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e) e, após a conclusão do inventário de emissões, é que são propostos e definidos os mecanismos para a redução ou neutralização do projeto. [a]

.109.